

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

KARISE ROBERTA OLIVEIRA

**O SERVIÇO SOCIAL E A PRÁTICA EDUCATIVA
LIBERTADORA:
Os resultados alcançados a partir das Oficinas de Trabalho Social com
Grupos Populares**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 06/07/05

T.Kh.
Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS

2005

KARISE ROBERTA OLIVEIRA

**O SERVIÇO SOCIAL E A PRÁTICA EDUCATIVA
LIBERTADORA:**

**Os resultados alcançados a partir das Oficinas de Trabalho Social com
Grupos Populares**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª Ms. Simone Matos Machado.

**FLORIANÓPOLIS
2005**

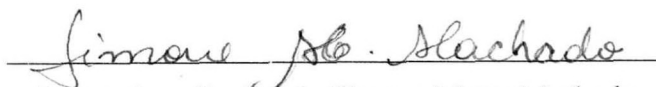
KARISE ROBERTA OLIVEIRA


**O SERVIÇO SOCIAL E A PRÁTICA EDUCATIVA
LIBERTADORA:**

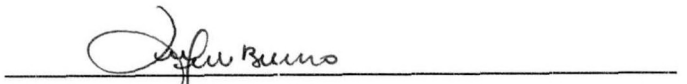
**Os resultados alcançados a partir das Oficinas de Trabalho Social com
Grupos Populares**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:


Orientadora: Prof^ª. Ms. Simone Matos Machado


1º. Membro: Prof^ª Viviane Bergler Fernandes


2º. Membro: Assistente Social Lisiane Bueno da Rosa

**FLORIANÓPOLIS
JULHO, 2005.**

*A meus amados pais, Dalia e Galdino,
dedico este trabalho.*

AGRADECIMENTOS

*“As pessoas não se tornam especiais
em nossas vidas pelo modo de ser ou agir,
mas sim pela profundidade com que
atingem nossos sentimentos”.*

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e pela proteção.

Aos meus pais, Dalia e Galdino, pelo amor, compreensão, carinho e apoio nesta minha jornada. Obrigada pela oportunidade que vocês me proporcionaram. Amo vocês!

Às minhas irmãs, Rose, Naide, Midian e Néqui por agüentarem essa irmã caçula e um pouco mimada, mas, sobretudo, pelo apoio incondicional.

Aos meus sobrinhos, dos maiores aos menores: Fran, Hermann, Mona, Suzi, Sinara, Lili, Thaynã, Johnny, Adnan, Luquinhas, Alexandre, André, e minha pequena Cammille. Também não posso esquecer do Luis Humberto, da Flávia e do João Pedro, meus sobrinhos netos.

Às minhas amigas Ale, Karla, Glaucia e Maria, que mesmo estando longe nunca se fizeram ausentes. Obrigado pelo apoio, preocupação, pelas cartas, pelos telefonemas, que sempre me ajudaram a superar a saudade de vocês e meus momentos difíceis. Nessa jornada nunca esquecemos que amizade é sentir-se perto mesmo estando longe.

Às amigas que conquistei nesse percurso, especialmente a Fabi e a Andréa, companheiras com quem dividi minhas agonias, alegrias e tristezas. Juntas enfrentamos desafios, desencontros e desentendimentos. Mas, no fim, a amizade sincera e verdadeira triunfou. Vocês estarão sempre em meu coração.

Às colegas de casa, Mari e Sil, pela amizade que construímos.

Às demais colegas e amigas que dividiram a sala de aula comigo, tantas conversas, trabalhos, festas e risos. Valeu!

À minha orientadora e amiga Simone, pelos ensinamentos, conselhos, carinho e paciência nesta caminhada.

Ao NESSOP que possibilitou minha experiência de estágio, à UFSC, ao DSS e aos professores que compartilharam seus conhecimentos comigo. Muito obrigada!

Aos assistentes sociais que participaram de minha pesquisa: Carlos, Celita, Roberta, Rosana, Kelly, Iliane, Letícia e Regina Célia.

Também não posso esquecer da Jú, da Fernanda, da Nara, da Glecy, da Edê, da Raquel, do Richard, do Nando, dos meus amigos muito mais virtuais que presenciais, entre eles Saimon e Ká, que hoje fazem parte da minha vida e são muito especiais. Valeu pela força, sempre! E desculpem-me caso tenha esquecido de alguém...

Enfim, à todas as demais pessoas que conheci nesse percurso e, que de alguma forma, contribuíram para que hoje eu estivesse aqui. Meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar as possibilidades e desafios que o assistente social enfrenta ao desenvolver uma prática educativa libertadora, enquanto educador social, abordando temas como o movimento popular, a alienação, as relações de poder e a diferença entre educação formal e Educação Popular. Em conjunto com essa teoria, contextualiza-se a experiência de estágio realizada junto ao Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP/DSS/UFSC, no Projeto Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares. Além disso, apresentamos uma pesquisa qualitativa desenvolvida com os profissionais que participaram das Oficinas, buscando analisar as mudanças operadas nas suas ações profissionais após a realização do curso.

Palavras-chave: Serviço Social, Educação Popular, transformação social, prática libertadora.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1: MODELOS DE AGENTE OU EDUCADOR 31
QUADRO 2: PERFIL DOS PESQUISADOS 44

*“... cada um hospeda dentro de si uma águia.
Sente-se portador de um projeto infinito.
Quer romper os limites apertados de seu arranjo existencial.
Há movimentos na política, na educação e
no processo de mundialização que pretendem reduzir-nos
a simples galinhas, confinadas aos limites do terreiro.
Como vamos dar asas à águia,
ganhar altura, integrar também a galinha
e sermos heróis de nossa própria saga?...”.*

(Leonardo Boff)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 – OS DESAFIOS DO ASSISTENTE SOCIAL PARA DESENVOLVER UMA PRÁTICA EDUCATIVA LIBERTADORA	13
1.1 – Movimento popular e alienação	13
1.2 – As relações de poder que massificam os sujeitos: educação formal x educação popular	17
1.3 - Possibilidades e desafios do assistente social na prática educativa libertadora	23
2 - AS OFICINAS DE TRABALHO SOCIAL COM GRUPOS POPULARES	35
2.1 - Contexto institucional do Projeto Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares: conhecendo o NESSOP	35
2.2 - Descrição do Projeto: Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares	40
3 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADPOS ALCANÇADOS PELAS OFICINAS DE TRABALHO SOCIAL COM GRUPOS POPULARES	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE	60
ANEXOS	62

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é fruto da experiência de Estágio Curricular Obrigatório, realizado junto às Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares, promovidas pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP/DSS/UFSC, entre os meses de agosto a dezembro de 2004.

Nele pretendemos abordar a prática do assistente social, enquanto educador social, numa perspectiva libertadora da Educação Popular. Buscamos também identificar os resultados alcançados na prática profissional com grupos populares, vivenciada pelos assistentes sociais que participaram das Oficinas, bem como abordar as possibilidades e desafios que o assistente social enfrenta ao promover uma educação popular libertadora.

Para isso, o estudo materializou-se por meio de uma pesquisa social. Esta, segundo Gil (1999, p.42), “pode ser definida como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. Para alcançar seu objetivo específico, na busca de informações que pudessem dar sustentação e finalidade para a análise do tema a ser estudado, utilizamos a modalidade de pesquisa exploratória.

O universo da pesquisa foi em torno dos 14 participantes da Oficina, convidados a responder o questionário¹. Destes, 08 propuseram-se a participar da pesquisa, perfazendo um total de 57%.

Como instrumento para a coleta de dados adotamos o uso de um questionário com questões abertas, considerando ser esta a maneira mais adequada para o alcance da proposta desta pesquisa, encaminhado via e-mail para os cursistas. Através dele esperamos obter informações que corroborem a necessidade de aprofundar os conhecimentos a respeito da

prática profissional, voltada para um projeto pedagógico emancipador e libertador. Cabe aqui ressaltar que as análises foram realizadas a partir das falas dos profissionais pesquisados.

A análise qualitativa de um dado objeto de pesquisa, que é, antes de tudo, um sujeito, pertencente a uma determinada formação cultural de sociedade, situado num período histórico conjuntural e numa relação política-econômica, possibilita a apreensão de categorias que permitirão desenvolver um processo analítico do tema em questão.

O trabalho divide-se em três blocos. O primeiro capítulo traz uma abordagem sobre as possibilidades e desafios que o assistente social enfrenta ao promover uma educação popular libertadora e crítica, tratando ainda dos temas movimento popular, alienação, relações de poder e as contradições entre educação formal e educação popular. No segundo, contextualizamos a experiência vivenciada no estágio, apresentando o NESSOP e o Projeto Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares. Finalmente, no terceiro capítulo é apresentado o perfil dos pesquisados, bem como os dados coletados, que delineiam as análises resultantes.

Esperamos, com este trabalho, dar visibilidade ao Serviço Social enquanto prática profissional educativa libertadora e contribuir para o debate acadêmico de outras produções sobre este tema.

¹ Conforme apêndice 1

1. OS DESAFIOS DO ASSISTENTE SOCIAL PARA DESENVOLVER UMA PRÁTICA EDUCATIVA LIBERTADORA

As recentes transformações do mundo contemporâneo têm provocado verdadeiras revoluções na vida social. A idéia de modernidade, que foi sendo construída ao longo do século XX, valorizou o desenvolvimento tecnológico e científico, mas, por outro lado, não conseguiu resolver a questão da educação, trabalho, saúde, habitação e moradia, miséria e fome, aumentando ainda mais as desigualdades sociais, excluindo grande parte da população do planeta do livre acesso às condições básicas de subsistência, cidadania e democracia.

É nesse contexto que setores da sociedade se organizam para enfrentar as diversas expressões da questão social, constituindo os chamados movimentos populares. Estes procuram desenvolver ações visando a superação dos desafios impostos pela sociedade capitalista, muitos através de uma prática libertadora.

1.1 Movimento popular e alienação

Há tempos, inúmeras parcelas da sociedade se esforçam no sentido de construir espaços para o exercício da democracia direta, ou seja, a participação dos sujeitos sociais na definição/decisão de ações relacionadas ao seu cotidiano de vida. No confronto com o Estado, estabelecem-se relações de poder e negociação.

De acordo com Machado[b] (1996), o Estado é um organizador de forças políticas, representando os interesses das diversas classes e frações de classes sociais. Assim, a hegemonia política organiza-se a partir da correlação de forças existentes na própria estrutura do Estado.

Nesse sentido, para compreendermos a relação de poder estabelecida entre Estado e classes populares, devemos salientar que:

1. O poder se estabelece num campo de luta, numa relação de forças, o que significa dizer que o poder não é uma grandeza quantificável ou uma qualidade imanente;
2. O poder de uma classe, ou seja, a capacidade que a mesma possui de realizar seus interesses é inversamente proporcional ao poder das outras classes;
3. O Estado, tomado como referencial do poder político, é um centro de exercício do poder, onde se estabelece relações entre as classes dominantes e destas com as outras classes (classes populares);
4. O poder, portanto, possui uma natureza relacional composta por “lutas resistenciais” (POULANTZAS apud MACHADO[b], 1996, p.54).

Ainda segundo a autora, a participação das classes populares na dinâmica estrutural do Estado é fruto da luta política estabelecida entre as diversas forças sociais. Por isso,

[...] a interferência das lutas populares nos aparelhos de Estado, não significa que, por isso detenham o poder de Estado. As classes populares constituem o Estado sob forma de focos de oposição ao poder das classes dominantes, intervindo diretamente na organização e funcionamento de sua estrutura (MACHADO[b], 1996, p. 54).

Dessa forma, é no enfrentamento das desigualdades expressas na sociedade capitalista que diversos segmentos lutam por uma transformação social. Uma das mais cruéis armas do capitalismo é a dominação subjetiva, imposta pela mídia, que homogeneiza nossa sociedade. Formar a opinião das massas em prol dos interesses da minoria é o intuito dos detentores do capital.

Assim,

os que não se deixam levar pelo conformismo, pela acomodação ou pela banalização, buscam reivindicar, viabilizar, lutar, pressionar o Estado e a sociedade como um todo, pra que assumam sua condição de co-responsáveis

pela transformação destas realidades excludentes, garantindo ao povo uma vida com dignidade e cidadania. (MACHADO[a], 2004, p. 11)

O crescimento das cidades e o inchaço das grandes metrópoles não acontecem à toa. Concomitante ao fortalecimento da burguesia industrial, crescem também as fábricas e o número de trabalhadores que deixam o campo para tentar conseguir uma vida melhor na cidade. É nesse momento que os detentores dos meios de produção entram em jogo e, como sempre, saem ganhando. Eles recolhem esta mão de obra barata e os que não se adequam ao sistema são excluídos. Estes, por sua vez, vão formar os aglomerados nos morros e periferias das grandes e médias cidades. Aglomerados de desempregados que formam um exército industrial de reserva, pronto a atender aos chamados da burguesia industrial.

Não é por acaso que é tão difícil, principalmente para o assistente social, trabalhar com comunidades e grupos populares. Quanto mais carentes financeiramente, mais fragilidades intelectual e psicológica enfrentam. Desta forma, os meios de comunicação (principalmente a TV) capturam facilmente a subjetividade dessas pessoas, alienando-as.

Conforme os escritos de Peruzzo,

o homem é o que menos tem contato nas decisões das classes dominantes (...) ou até mesmo em ações isoladas de indivíduos, ricos ou pobres, enquadrados nas regras de convivência social ou no mundo do crime. São contingentes de pessoas que vão perdendo valores intrinsecamente humanos, como o respeito pelo semelhante, a solidariedade e a gratuidade, enquanto ajudam a valorizar cada vez mais a ganância e o individualismo. E assim o homem vai se tornando objeto (...). Tudo isso envolve um mecanismo condicionante fundamental, um elo real mas não facilmente perceptível, sabido mas esquecido, visível mas não transparente, imerso no cotidiano das pessoas como se fosse natural: a alienação. (PERUZZO, 1998, p.26)

Ainda segundo Peruzzo (1998, p.29), partes sadias do corpo social estão se esforçando para alcançar, preservar ou resgatar direitos humanos, para amenizar carências e

para construir uma sociedade justa e livre.

Para Betto (2000), movimento popular é o que congrega e mobiliza o mundo popular – assalariados e desempregados. Configuram-se como movimentos independentes, pois suas iniciativas são exclusivas da população. Eles podem ser lúdicos (cinema, teatro, arte, estéticos), movimentos de produção (atender a sobrevivência imediata), movimentos de organização (para trazer maior esclarecimento a respeito das coisas), movimentos de qualificação profissional, etc, desde que estejam abertos a uma perspectiva mais ampla do ponto de vista estratégico, como a conquista de direitos, a resistência, a solidariedade ou o protesto. Dessa forma, a metodologia da Educação Popular guia-se através de uma concepção de crítica à sociedade atual, capitalista e neoliberal.

Betto (2000) destaca ainda que, para entender o papel da Educação Popular na formação da sociedade civil, almejando uma transformação social, é necessário visualizar a organização do povo oprimido nas esferas de organização social, de 1964 para cá. Essa classificação articula-se em torno de cinco esferas. São elas:

1. esfera pastoral formada pelas Comunidades Eclesiais de Base, que reorganizaram o mundo popular no pós-64, embora ainda contassem com um perfil elitista;
2. esfera social formada pelo movimento popular propriamente dito, que incentivado pelas Comunidades Eclesiais de Base, a partir de 1970, disseminou-se pela Brasil;
3. esfera social formada pelo movimento sindical, na qual os movimentos populares ganham caráter de classe;
4. esfera social formada pelos grupos e partidos políticos, onde o movimento social popular, por seu caráter de classe, adquiriu uma formatação própria, esboçando os projetos da sociedade e transformando-se em partidos políticos;
5. esfera social formada pelas administrações populares, em espaço estatal, disputados pelos

partidos políticos.

Essas são as esferas de articulação do movimento popular brasileiro, que promovem as lutas desse segmento. Para que se alcance a tão almejada justiça social é necessário que essas esferas desenvolvam entre si uma relação de interação, com base na autonomia.

Assim, os movimentos populares vão ocupando o seu lugar na sociedade, contribuindo para construir a cidadania e atuando diretamente no seio da sociedade civil. Representam a possibilidade de fortalecimento desta em relação ao aparelho do Estado e perante a forma tradicional do agir político por meio dos partidos, entretanto ainda se apresentam de uma maneira fragmentada, numa série de pequenos grupos.

Eles também contribuem para a democratização da sociedade e expõem de forma concreta as feridas da exclusão social. No Brasil, representam historicamente um conjunto bastante amplo e plural de organizações, mobilizações que se articulam, cuja capacidade de pressão e conquista de reivindicações e de mudanças sociais variam de acordo com a organização destes movimentos.

1.2 As relações de poder que massificam os sujeitos: educação formal x educação popular

Nas relações de poder estabelecidas entre opressor e oprimido, muitas vezes, ocorre a adoção de valores, lógicas e éticas forjadas pelo opressor, que são entendidas pelo oprimido como se fossem seus (MARINHO e ARAÚJO, 2002).

Assim, segundo Marinho e Araújo (2002, p.22),

nessa dicotomia entre opressor e oprimido surge um poder simbólico em que verificamos um fenômeno denominado subjetivação, ou seja, a internalização das diretrizes construídas pelo opressor para que o oprimido se comporte de maneira tal que atenda aos interesses do opressor e reproduza infinitamente essa relação de poder.

Os valores individuais nem sempre são o resultado de uma opção livre, segura, madura e espontânea. É fundamental que as pessoas se encontrem desarmadas de idéias preconcebidas, formuladas segundo interesses que, muitas vezes, atendem apenas a sistemas de dominação. Isto só virá a acontecer quando os oprimidos tiverem acesso a uma educação libertadora, capaz de promover a autonomia, a reflexão e a visão crítica sobre a sociedade, tornando-se capazes de buscar suas próprias respostas.

No Brasil, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, levantados em 2000, cerca de 1/3 da população é analfabeta, sendo que a média de anos na escola cursados pelas pessoas em toda sua vida é de apenas 2,5 anos.

De acordo com Fontana apud Marinho e Araújo (2002, p.31),

a educação, como qualquer instituição de uma sociedade de classes, determina-se, em última instância, por estruturas de classe. Neste sentido, a educação atende a duas exigências centrais da classe dominante: gera uma mão-de-obra mais ou menos qualificada e barata e inculca a ideologia capitalista, pensando (ambas as exigências) na reprodução do sistema. Só o compromisso com a transformação da sociedade pode revolucionar o conhecimento.

Dessa forma, ocorre no Brasil um processo de sujeição pela ignorância e uma submissão às palavras e imagens veiculadas pelos meios de comunicação, especialmente pela televisão e pelo rádio. Muitas pessoas se encontram destituídas de capacidade crítica para enfrentar a enxurrada de valores que lhes são continuamente disponibilizados, atendendo a um modelo de currículo tecnicista, marcado pela memorização e pela repetição de conteúdos

desprovidos de um currículo democrático, participativo e reflexivo.

Certamente, é necessário entender que a educação não se resume àquela formalmente ministrada nas escolas, insubstituível, mas abrange outra, vivenciada no dia-a-dia, cuja responsabilidade não recai apenas sobre o Estado, mas inclui todos os cidadãos.

Nesta linha, o sociólogo Herbert de Souza, ao realizar uma análise crítica da realidade brasileira, destaca que:

uma das marcas de nossa história é a convicção generalizada no pensamento da classe dominante de que a elite já nasce sabendo e que o resto não precisa saber. Assim foi e continua a ser a relação do senhor e do escravo, do latifundiário e do camponês, do empresário e do operário, da elite e do resto. Por isso, ao longo do tempo, gastos com a educação nunca foram considerados investimentos produtivos. Por isso, a política do Estado foi sempre a de produzir analfabetos na base, e letrados de elite. Mesmo quando realiza ‘gastos’ o faz de forma invertida, entrega o básico para os municípios sem recursos e investe no nível superior que, subdesenvolvido, serve a não mais, e se tanto, que 5% da população. (SOUZA apud PIANA e FIGUEIRÓ, 2002, p. 65)

Porém, como veremos a seguir, o mais denso período da educação popular no Brasil deu-se entre os anos de 1959 a 1964.

De 1945 a 1964, a sociedade brasileira voltou à democracia, com governos escolhidos diretamente pela população. Passou a existir no país a esperança de progresso e de desenvolvimento através do Presidente Juscelino Kubitschek e seu projeto de fazer o Brasil “*crescer 50 anos em 05*”. No entanto, a ampliação do parque industrial brasileiro, o ingresso de multinacionais no país, a internacionalização da economia e o crescimento econômico de algumas regiões acabaram desencadeando o inchaço das cidades e agravaram os problemas causados pela concentração de renda.

No campo da educação destacou-se o debate suscitado pela organização da Lei 4.024 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). As discussões, iniciadas em 1948,

foram intensas entre os defensores das escolas públicas e privadas. Alguns políticos, entre eles Carlos Lacerda, defendiam a liberdade de ensino e a iniciativa privada. A Igreja Católica, por sua vez, defendia que as melhores escolas seriam as particulares e religiosas, apregoando que as famílias deveriam ter liberdade para escolher a melhor educação para os filhos.

Percebemos assim que tanto o interesse da iniciativa privada quanto da Igreja, ao defenderem a liberdade de ensino, posicionavam-se contra a democratização deste mesmo ensino, pois a educação popular e estatal poderia ampliar a participação política do povo e alterar as estruturas do poder político e econômico.

Combatendo essa visão conservadora e elitista, posicionaram-se intelectuais, estudantes e sindicalistas, defendendo a escola pública e exigindo que o Estado demonstrasse maior empenho em favor do ensino público. Porém o Estado, em concordância com a LDB, continuou a repassar verbas para as escolas particulares. Certamente, essa ajuda financeira acentuou a injustiça social num país cuja boa parte da população em idade escolar encontrava-se excluída do processo educacional.

Em 1955, a preocupação com a modernização industrial do país impulsionou a criação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Esse órgão foi o responsável por pensar teorias que viabilizassem o progresso interno do Brasil através de uma ideologia baseada no nacional-desenvolvimentismo. Segundo o ISEB, o desenvolvimento econômico advindo do capitalismo mostrava-se incompetente para impedir o aumento da pobreza e as desigualdades sociais da nação. Consideravam que o Estado deveria proteger a população excluída deste processo desenvolvimentista.

Com o golpe militar de 1964 o ISEB foi fechado, mas a sua influência no movimento pedagógico foi marcante, estimulando a criação dos chamados Movimentos de Educação Popular, entre os quais podemos citar De Pé no Chão Também se Aprende a Ler,

Centro Popular da Cultura da UNE – União Nacional dos Estudantes e o Movimento de Cultura Popular, do qual fez parte o educador pernambucano Paulo Freire.

A proposta de Paulo Freire destacou-se pelo seu caráter essencialmente democrático e libertador, com o objetivo de levar o aluno a não ler só palavras, mas também a ler o mundo. Para ele (apud FERREIRA, 1998, p.96), a educação deveria

demandar consciência, passar do senso comum para a análise e a tomada de decisões frente aos fatos. Da mesma forma, visava uma educação conscientizadora para a transformação do indivíduo em sujeito, ao invés de objeto. Sua proposta previa os seguintes passos: pesquisa para o levantamento de dados, problematização, discussão, análise e conscientização. Dessas etapas brotou o método para alfabetizar adultos, reconhecido e adotado em países africanos e em atividades alfabetizadoras no Brasil.

Nessa perspectiva, a educação para Paulo Freire é uma ação política, um processo de ampliação da visão crítica da sociedade para transformar a própria realidade do aluno, contrapondo-se à educação tradicional, autoritária e hierarquizada entre educador e educando.

Para Freire (1980, p. 90-91),

o homem, massificando-se, deixa de assumir postura conscientemente crítica diante da vida. Excluído da órbita das decisões, cada vez mais adstritas a pequenas minorias, é comandado pelos meios de publicidade, a tal ponto que, em nada confia ou acredita, se não ouviu no rádio, na televisão ou se não leu nos jornais.

É por este motivo que Paulo Freire, crítico da educação formal, a considerava “bancária”. Segundo Freire apud Gadotti (2001),

‘educação bancária’ é a educação que concebe os alunos como recipientes vazios, em que o professor vai ‘depositar’ conhecimentos. É o professor quem dá a última palavra, devendo os alunos aceitar passivamente o que ele diz. Dessa forma, o único que pensa é o professor, cabendo aos alunos apenas receber os depósitos que o professor faz dos conhecimentos que possui. A educação bancária é domesticadora porque busca controlar a vida e a ação dos alunos, proibindo-os de exercer seu poder criativo e transformador.

Estudar, portanto, não é um ato de consumir idéias, mas de criá-las e recriá-las. Por isso, o método de Paulo Freire é comprometido com uma mudança total da sociedade. A educação para a libertação deve desembocar na práxis transformadora, ato do educando, como sujeito, organizado coletivamente (Gadotti, 2001). Assim, a conscientização irá constituir o processo de libertação para a mudança de atitude.

Ainda citando Freire (1980, p.95),

quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático, quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la. As formas ingênuas de perceber a sua realidade. As formas verbosas de representá-la. Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos.

Além desta concepção de educação, segundo Machado et al (2002), o Brasil experimentou, também no início da década de 1960, inúmeros movimentos de educação popular que ultrapassaram os limites da escola. Assim, encenação de teatro nas ruas, atividades nos sindicatos e nas universidades, cursos, exposições, exibição de filmes, tentativas de alfabetização da população do campo e da cidade e a animação cultural nas periferias possuíam como objetivo primordial melhorar não só o nível de instrução do

indivíduo, mas também a sua conscientização para uma maior atuação na vida política do país. No entanto, face ao impacto do Golpe Militar de 1964, tais ações educativas e políticas foram silenciadas durante os “anos de chumbo” do Brasil.

1.3 Possibilidades e desafios do assistente social na prática educativa libertadora

No contexto das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade atual, segundo Piana e Figueiró (2002), a educação aparece como um valioso instrumento para a formação do sujeito. Por isso, é necessário discutir as influências dessas transformações na prática pedagógica, resultantes do processo de globalização.

Essas transformações afetam os sistemas educacionais. A globalização dos mercados, a revolução na informática e nas comunicações, a transformação dos meios de produção e dos processos de trabalho, a alteração no campo dos valores e atitudes, são alguns fatores que constituem o mundo globalizado dos sistemas econômicos. A educação precisa se reconciliar para assumir seu papel nesse contexto como agente de mudanças, geradora de conhecimento, formadora de sujeitos capacitados a intervir e atuar na sociedade de forma crítica e criativa.

As propostas neoliberais penetram no sistema educacional brasileiro e latino americano. A colonização do conhecimento técnico, em detrimento das reflexões teóricas e das análises da prática pedagógica, tem sido um marco nas políticas públicas de educação.

Se por um lado temos o fracasso histórico do sistema educacional e das políticas públicas referentes à educação, por outro, temos as discussões acerca de alternativas e possibilidades para tentar solucionar estes impasses e limites do sistema educacional.

Neste sentido, o assistente social que atua com grupos populares deve ter em mente

que as práticas pedagógicas tradicionais, autoritárias e repressivas, desconsideram o saber e a cultura do povo, reproduzindo uma postura de dominação. Assim, percebemos a importância da busca por uma educação libertadora, visando a transformação da sociedade.

Dessa forma,

a análise do Serviço Social na área da educação leva em conta, inicialmente, o duplo caráter da educação, que não se limita ao espaço institucional da denominada educação formal, devendo incluir necessariamente a prática da educação não-formal. Assim, quando se propõe o debate da atuação profissional nesta área, está se considerando a prática do Serviço Social nas variadas formas e tendências em que ocorre o processo educativo, não apenas no âmbito da educação formal, mas sem excluí-la (ANAIS do 5º CBAS, 1987, p.121).

A intervenção profissional do assistente social está inserida no contexto das relações sociais estabelecidas pela conjuntura de uma sociedade marcada pelas desigualdades econômicas, políticas e culturais. Dessa forma, o profissional propositivo e crítico, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social, deve buscar alternativas de intervenção voltadas aos interesses das classes subalternas. É como salienta Iamamoto (1998, p.20):

um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

Segundo Miotto apud Lima (2004, p.3), as ações profissionais podem ser estruturadas em torno de três eixos interventivos, articulados na dimensão investigativa. Estes eixos incidem sobre o objeto da demanda e a utilização de diferentes instrumentos técnico-operativos para subsidiar a intervenção profissional. Assim, os três eixos norteadores são:

processos político-organizativos, processos de planejamento e gestão e processos sócio-assistenciais, que incluem as ações sócio-educativas.

As ações sócio-educativas são bastante utilizadas pelos assistente sociais, tornando-se fundamentais para a concretização do atual projeto ético-político da profissão. Para Lima (2004, p.4), no entanto,

as ações sócio-educativas podem ser desenvolvidas tanto em caráter de enquadramento disciplinar destinado a moldar o usuário em sua inserção institucional e na sua vida sócio-político-cultural, como podem estar direcionadas ao fortalecimento dos projetos e lutas da classe trabalhadora, contribuindo para a reconstrução das relações sociais ao retraduzir os valores éticos-políticos, os modos de pensar e agir dessa classe, o que implica na defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da autonomia e da democracia.

Com base nesse preceito, a “Educação Popular entra em cena, estabelecendo o homem como sujeito do processo, maximizando a possibilidade de superação do modelo atual de sociedade” (KOROSUE, 2004, p.38).

Segundo Falcão (1986, p.45),

as práticas desenvolvidas pelo Serviço Social junto aos grupos populares supõem a criação de uma infra-estrutura que se traduz em canais e fluxos contínuos de informação. Ela é condição instrumental que amplia as possibilidades de leitura crítica da realidade, subsidia a reflexão, decisão e ação. Permite fundamentalmente aos grupos de usuários das instituições apropriarem-se dos serviços que lhes são destinados.

O projeto profissional identificado com os interesses das classes subalternas, através de uma pedagogia emancipatória, precisa romper com o conservadorismo histórico que marca a profissão e ser realizado de acordo com a perspectiva de defesa, garantia e efetivação de direitos.

Este processo de ensino e aprendizagem entre profissional e usuário contribui para que as condições geradoras dos problemas sociais sejam superadas e podem ser operacionalizadas através de abordagens tanto individuais como grupais, com base nos mais diversos instrumentos (Lima, 2004).

Para alcançar tais objetivos, efetivar a prática educativa e obter resultados que conduzam a uma transformação social vinculada aos interesses dos setores populares é preciso estabelecer alguns critérios que orientem a ação pedagógica. Grasciani (1995, p.66) identifica alguns deles:

- Consciência crítica, que situa a ação educativa entre marginalizados em um contexto sóciopolítico, econômico e cultural mais amplo;
- Ação libertadora, que os trata como pessoas, como membros ativos de um povo, como artífices de sua própria história;
- Ação participativa, que envolve todos nas decisões e atividades do projeto educativo;
- Ação comunitária, que modifica as realizações criando laços e vínculos solidários e fraternos;
- Ação sensível aos valores da cultura popular;
- Ação organizadora e orgânica, que serve de uma revisão constante da teoria e da prática;
- Ação integradora e integrada às forças transformadoras da história, que soma esforços e iniciativas com os movimentos sociais e populares, superando ações isoladas, personalistas;
- Ação política identificada com as classes populares vinculada à luta e resistência dos setores oprimidos;
- Ação identificada com a dignidade do ser humano, que se propõe à construção coletiva de uma sociedade mais justa e fraterna que possibilite a todos as mesmas oportunidades.

Assim, a prática pedagógica do assistente social irá permitir o resgate e a renovação da cultura popular, o respeito aos valores, levando em conta as expectativas e os anseios do grupo, possibilitando a apropriação de conhecimentos e sua organização (Grasciani, 1995).

O projeto ético-político do assistente social, em consonância com o Código de

Ética, vincula-se a um processo de construção de uma nova sociedade, sem dominação ou qualquer tipo de exploração, demonstrando o caráter combativo da profissão em relação ao projeto neoliberal excludente, individualista e perverso que estamos vivendo.

Para Abreu apud Korosue (2004, p. 31),

a construção do projeto ético-político do Serviço Social, vinculado a uma perspectiva emancipatória das classes subalternas, fundamenta-se na negação da cultura dominante, inscrevendo-se como movimento em que se gesta a construção de uma ‘nova e superior cultura’ por essas classes.

Originalmente, o Serviço Social atuava a serviço das classes dominantes, marcado por práticas assistencialistas e filantrópicas, destinadas aos setores populares. Influenciado pelas tendências emancipatórias dos movimentos sociais nos anos 50 e 60, iniciou um processo de renovação que culminou com a ruptura e negação das práticas conservadoras, a partir dos anos 70, através do Movimento de Reconceituação. Esse movimento trouxe para o campo da assistência social as diretrizes da descentralização e participação, considerando o homem como sujeito de sua história e transformação.

No dizer de Silva e Silva (1995), a transformação social deve ser percebida como o horizonte da prática profissional, o que implica uma prática coletiva, estruturada pela aliança entre o profissional e sua clientela. Nesse sentido, o Movimento de Reconceituação, enquanto processo, desencadeia uma série de reflexões que realçam o caráter de superação e construção do novo, levando em conta os interesses das classes populares.

(...) O Movimento de Reconceituação vem, portanto, questionar as estruturas sociais, sugerindo um Serviço Social com uma prática vinculada às lutas e interesses das classes populares. Ao se estabelecer a possibilidade do vínculo da prática do Serviço Social com as classes populares, indica-se a perspectiva de transformação social enquanto exigência da própria realidade

social, dada a situação de dominação e exploração político-econômica em que vivem essas classes. Tal perspectiva implica, para o Serviço Social, colocar como horizonte de sua prática o movimento de transformação da própria realidade (SILVA e SILVA, 1995, p.89)

Conforme Abreu (2002), a participação impulsionada pela prática dos assistentes sociais constituiu-se no período desenvolvimentista, na perspectiva da integração social, entendida como integração à ordem capitalista, vinculada à questão da segurança do sistema. As experiências desencadeadas a partir disso possibilitaram viabilizar processos participativos críticos e de busca de articulações entre forças sociais, na luta pela ampliação dos espaços políticos de expressão dos interesses das classes mais desfavorecidas.

O Serviço Social, influenciado pela Teologia da Libertação e pelo método Paulo Freire, passou a dar maior importância à Educação Popular, sobretudo na reconstrução de sua prática pedagógica no trabalho com grupos.

A Teologia da Libertação, formulada pela ala progressista da Igreja no final dos anos 1960, defende o engajamento dos cristãos na luta pela libertação através do método dialético para a análise da realidade. No bojo do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, o movimento pela Teologia da Libertação serviu como uma das mediações mais significativas do processo de avanço para a construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas (Abreu, 2002). Em sua dimensão pedagógica, considera que o verdadeiro sujeito da libertação é o próprio povo oprimido.

A Educação Popular é um processo educativo-organizativo, que visa o alcance de seus objetivos, tais quais: conscientização, democratização e participação. Por isso, o educador popular deve envolver todos os sujeitos no processo de tomada de decisões, para que a participação seja eficientemente democrática.

O projeto educativo contribui para fortalecer o entendimento do sujeito enquanto

ser social, capaz de identificar seu espaço na estrutura social e entender as relações de poder que permeiam a sociedade e influenciam o modo como vivem.

Dessa forma, nos remetemos mais uma vez a Korosue (2004, p.32):

a Educação Popular é concebida como instrumento da prática profissional, constituindo-se como alternativa pedagógica do trabalho social junto às classes subalternas e contribuindo para o redimensionamento da relação profissional com os setores populares, com base no reconhecimento de papéis e funções diferenciadas, porém complementares, desses sujeitos no processo político educativo.

A ação do profissional de Serviço Social, portanto, devem ser guiadas pela percepção da realidade na qual os atores sociais estão inseridos, atentando para a transformação desta realidade através da mobilização coletiva da sociedade, de forma democrática e participativa.

Segundo Arruda apud Korosue (2004, p.39), “todo trabalho educativo fundado na práxis aponta no sentido de um processo interativo educador-educando, no qual ambos ensinam e ambos aprendem”.

O assistente social, ao atuar com base na Educação Popular deve estar a serviço das demandas das classes populares, “viabilizando reflexões acerca do seu dia-a-dia e contribuindo para a sistematização do saber popular como forma de resistência e luta” (SILVA e SILVA, 1995, p.178). Por isso, “para que se chegue a uma práxis de libertação, é necessário considerar a transformação como objetivo, o que se dará no contexto de uma educação libertadora” (ibidem, p.179).

Nesse sentido, Arcoverde apud Silva e Silva (1995, p.179) salienta que:

nas ações educativas, os assistentes sociais pretendem não apenas transmitir informações, esclarecer ou orientar as pessoas e os grupos a partir de posições pré-definidas, mas examinar essas posições referendando a validade da produção coletiva de conhecimentos, respeitando a autonomia dos participantes.

Sendo assim, a ação profissional do assistente social deve estar pautada pelos interesses das classes populares, considerando a cultura do povo, sua sabedoria, seu modo de viver e sua organização social. Essa ação, para que se torne libertária, deve se dar com as classes populares e não para elas, pois conforme alerta Freire (1987, p.53), “ninguém liberta ninguém e ninguém se liberta sozinho”. Porém é preciso compreender que é necessário estimular a autonomia do educando, para que este supere as relações de dominação da sociedade rumo a uma transformação efetiva.

Compreendendo a importância de uma prática pedagógica emancipadora, o assistente social deve ter claro que educar é ensinar a pensar, refletir, questionar, criar e entender. Essa educação deve desenvolver uma práxis transformadora, combatendo a alienação e promovendo a conscientização.

O educativo não é o tradicional, o formal, o erudito, mas é a produção de conhecimentos necessários para a prática cotidiana de profissionais comprometidos com a transformação e não com a renovação de velhas práticas. (QUEIROZ apud SILVA e SILVA, 1995, P.180)

Dessa forma, as dinâmicas de grupos aparecem como importantes instrumentos metodológicos de trabalho, privilegiando formas alternativas de expressão e construção de conhecimento. Assim, possibilitam vivências que, ao serem refletidas e partilhadas gestam um aprendizado pessoal e grupal.

Netto e Falcão (1987, p. 51-60), ao refletirem acerca da práxis profissional do

assistente social, afirmam que:

A especificidade do Serviço Social está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade, (...) pois são estes os portadores possíveis do máximo de consciência sobre as direções alternativas do caminhar histórico revolucionário. (...)
O assistente social atua no cotidiano dos grupos sociais oprimidos, introduzindo, na maioria das vezes, mesmo sob a roupagem de uma ação revolucionária, o progresso, o conforto, como fins em si próprios.

Em sua obra “Como trabalhar com o povo: metodologia do trabalho popular”, Boff (1986) caracteriza o modelo de educador popular ideal, animador, e seu contramodelo, o paternalista, como veremos no quadro que segue:

MODELOS DE AGENTE OU EDUCADOR	
Modelo do agente (animador)	Contramodelo do agente (paternalista)
É como um parteiro: auxilia a mãe a dar a luz	É como um genitor ou pai: engendra relmente o filho
É como um agricultor: cuida da terra para que produza bons frutos	É como um artesão ou fabricante: manipula as coisas para produzir outras
É como um médico: trata do corpo para que conserve ou recupere a saúde	É como um general: dá ordens para avançar ou recuar, etc.
Expressões de sua função específica	
Ativar energias internas, despertar, suscitar, estimular.	Influir através de uma força de fora e de cima, infundir luz e saber.
Induzir, animar, fazer-fazer.	Conduzir, levar, fazer-sem-mais.
Servir, ajudar, reforçar, contribuir, assessorar	Fazer no lugar, servir-se de, arrastar, presidir.
Dar condições, propiciar, facilitar, dar lugar, fazer espaço.	Criar, produzir, causar, instaurar, construir.
Coordenar forças em presença, articular, agenciar.	Ordenar (e condenar), mandar, liderar, administrar.
Estar no meio, animando.	Estar à frente ou acima, puxando.
Atitudes ou qualidades típicas	
Atenção, ausculta, abertura.	Intervenção, iniciativa.
Cuidado, respeito, paciência.	Coragem, agressividade.
Fineza, tato.	Esperteza, "tática".

QUADRO 1: MODELOS DE AGENTE OU EDUCADOR
Fonte: BOFF (1986, p.25).

Entendemos pois, que o assistente social, enquanto educador social, deve primar pela autonomia do educando, valorizando a possibilidade de o grupo caminhar sozinho e estimular que cada um se apodere, com suas próprias mentes, da verdade de sua realidade. É esta prática que orienta a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, uma vez que não é possível aprender a ser democrático com métodos autoritários.

Freire (1987) também desenvolve uma teoria que deve permear a prática do educador popular. Para ele, a Teoria Dialógica e Antidialógica representa aquilo que o educador deve ter em mente ao trabalhar com um grupo popular.

Sendo o diálogo uma exigência existencial, o educador não deve colocar-se na posição ingênua de detentor do saber, mas colocar-se na humilde posição de quem sabe que não sabe tudo, reconhecendo que o educando tem uma experiência de vida e, por isso, também é detentor de um saber (GADOTTI, 2001).

Por isso, segundo Freire apud Gadotti (2001, p.70-71), os esquemas do diálogo e do antidiálogo representam-se da seguinte forma:

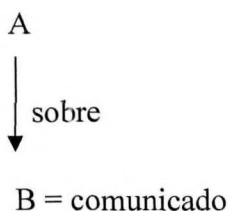
Diálogo

A → B = comunicação

$\begin{array}{c} \leftarrow \\ A \longrightarrow \end{array} B = \text{intercomunicação}$

Relação de “simpatia” entre os pólos, em busca de algo. Colaboração, união, organização e síntese cultural.

Antidiálogo



matriz = sem amor, sem humildade, sem esperança, sem fé,
acrítica.

Relação de “simpatia” rompida.

Para Freire, a educação problematizadora deve romper com os esquemas verticais característicos da educação bancária, aspecto que só será possível com a superação da contradição entre educador e educandos. Assim, não deve existir educador do educando, nem educando do educador, mas educador-educando e educando-educador.

Segundo Gadotti (2001, p.71), com base nos ensinamentos de Freire,

o educador revolucionário não pode usar os mesmos métodos e procedimentos antidialógicos de que se servem os opressores: ‘assim como o opressor, para oprimir precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos, para libertar-se, necessitam igualmente de uma teoria de sua ação. O opressor elabora a teoria de sua ação, necessariamente sem o povo, pois que é contra ele. O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora. Somente no encontro com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e refaz’.

Dessa forma, para ser o mediador desse movimento é necessário que o assistente social se aproprie desta visão de mundo, fornecedora das estratégias de ação de um ato reflexivo, coletivo, consciente e criativo. Sendo assim, é preciso que este educador social

desenvolva uma prática voltada para a superação do conservadorismo e elitismo das ações profissionais, através de uma ação pautada na liberdade e que promova a tão almejada transformação social. O assistente social não dirige o processo educativo, mas busca uma reflexão conjunta acerca do cotidiano da população, favorecendo a tomada de consciência a respeito da necessidade de transformação.

2. AS OFICINAS DE TRABALHO SOCIAL COM GRUPOS POPULARES

2.1 – Contexto institucional do Projeto Oficinas de Trabalho Social com Grupos

Populares: conhecendo o NESSOP

Sendo a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC uma instituição pública, deve existir a serviço da sociedade, contribuindo para a produção e socialização do saber, melhoria da qualidade de vida e para a construção da democracia, participando ativamente dos processos ético-humanizadores da sociedade. Assim, a UFSC define a Extensão Universitária dessa forma:

a extensão universitária é definida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e a sociedade. Neste sentido, a extensão leva para a comunidade externa o conhecimento produzido dentro da universidade. A sociedade o absorve, trabalha, critica e o devolve sob a forma de novos saberes e demandas. Assim, a universidade, através da extensão, vai trabalhando as necessidades e realidades da sociedade e, além de gerar o novo conhecimento, vai atendendo às suas reivindicações. As formas de extensão universitária envolvem desde palestras, cursos e eventos variados, passando por consultorias e prestação de serviços, até os projetos de desenvolvimento comunitário onde, através de ações contínuas, a universidade contribui para a mudança positiva de uma realidade.

O curso de Serviço Social da UFSC iniciou suas primeiras experiências com ações interventivas do Serviço Social nas regiões de periferia de Florianópolis dentro de um processo pedagógico de formação profissional. Alunos e professores pretendiam, conforme Spricigo apud Machado[a] (2004, p.70), estabelecer relações solidárias e democráticas, orientá-las em pesquisas sobre a realidade, assessorá-las na estruturação de suas formas de

organização sócio-comunitária e em seus processos reivindicatórios frente ao poder público, em relação à melhoria da qualidade de vida.

Ainda segundo Machado[a] (2004, p.70), essas e outras atividades de alunos e professores do curso de Serviço Social junto às comunidades ou em parcerias com outras entidades envolvidas com a população local e através de estágios realizados por alunos do curso tiveram continuidade até que, em 1991, foi instituído o NESSOP - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular.

O NESSOP é um dos Núcleos integrantes do Departamento de Serviço Social (DSS) da UFSC. Articula o ensino, pesquisa e extensão, na construção de vínculos com aqueles atores sociais identificados com a temática e práxis sócio-comunitária e popular, especialmente, seus processos de gestão e organização.

Segundo sua Coordenação Executiva (NESSOP, 2004), o NESSOP é:

um espaço acadêmico de reflexão teórico-metodológica e de ação interventiva do Serviço Social, eticamente comprometido com o atendimento às demandas sócio-políticas das organizações sócio-comunitárias em seus projetos de construção e ampliação da cidadania, de exercício da democracia participativa e de articulação das lutas sociais por qualidade de vida.

Dessa forma, o NESSOP busca viabilizar a participação, o debate no coletivo, a expressão de lutas, divergências e aproximações relacionadas ao seu objeto/temática: “processos de gestão e organização sócio-comunitária popular”.

O Núcleo compõe-se atualmente pela Coordenação Executiva - formada pelas professoras Iliane Kohler, Simone Matos Machado, Ana Luiza de Lyra Vaz e Zulamar Bittencourt e Castro - alunos, professores e servidores do DSS e Núcleos da UFSC e Coordenação Ampliada. Como apoiadores e parceiros, o Núcleo conta com a UFECO – União

Florianopolitana de Entidades Comunitárias, com a FAMESC – Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina, Fórum da Cidade, o COPO – Conselho Operativo do Programa Fome Zero de São José, organizações públicas e privadas afins, programas de fomento internos e externos à UFSC.

Neste sentido, desenvolve e aperfeiçoa, através da extensão universitária, métodos de trabalho social identificados com a construção de vínculos democrático-participativos dos sujeitos envolvidos e que têm sido referência nas políticas públicas, especialmente na região da Grande Florianópolis.

O NESSOP realiza sua política de extensão, pesquisa e ensino, através de programas e projetos, a saber: programa de formação, que inclui o Projeto Formação de Gestores Comunitários e as Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares; programa de pesquisas e diagnósticos sócio-comunitários, incluindo o Projeto de Assessoria ao Programa Fome Zero de São José/SC e o Projeto do Perfil dos Moradores do Bairro Forquilha, Comunidade PC-3 e Vila Santa Rosa; programa Experiências em Cena, realizado através de eventos e seminários na UFSC, tendo como protagonistas representantes dos movimentos sócio-comunitários e suas experiências; programa assessoria, incluindo sua participação como membro do Fórum da Cidade de Florianópolis/SC referente aos seus processos político-organizativos.

Os princípios norteadores das ações desenvolvidas pelo Núcleo, de acordo com sua Coordenação Executiva (NESSOP, 2004) são os seguintes:

1º - Privilégio de ações no contexto do projeto ético-político do Assistente Social na relação com a sociedade civil organizada, em particular as organizações sócio-comunitárias comprometidas com as lutas sociais contra a produção e reprodução da pobreza, desigualdade e injustiças sociais;

2º - Democracia participativa, que articula “a participação social em condições de igualdade e liberdade; processos de decisão advindos de uma discussão coletiva e pública; condições de pluralismo e a busca ou promoção da justiça social” (Machado apud Lückman, 2004);

3º - Fortalecimento da sociedade civil organizada, de sua trama associativa e redes de movimentos sociais: a ampliação dos espaços públicos, a participação e qualificação de atores coletivos enquanto sujeitos de deliberações e proposições referentes ao bem comum, propiciando a democratização das relações, o exercício da cidadania e a implementação e controle social das ações governamentais nas diferentes áreas de políticas públicas;

4º - a dimensão política da questão social e a definição de demandas sociais como resultado de debates coletivos, públicos e democráticos, comprometendo organicamente as práticas e as lutas sociais das organizações sócio-comunitárias com a democracia participativa na definição dos rumos e ações de esfera estatal.

Os objetivos propostos pelo NESSOP para permear seu trabalho são (NESSOP, 2004):

- 1 – Criar espaços na Universidade Pública para a reflexão e a construção do saber, que qualifique o movimento sócio-comunitário na cidade;
- 2 – Colocar em debate as formas de organização e gestão democrática das entidades comunitárias, suas estratégias de mobilização e participação popular e seus projetos;
- 3 – Qualificar, ético-pedagogicamente, a participação das associações representativas das comunidades no acompanhamento e/ou formulação de planos e projetos urbanos na sua relação local-global;
- 4 – Fortalecer a articulação em rede das organizações sócio-comunitárias e a democratização de suas relações;
- 5 – Desenvolver, através da articulação com o ensino e a pesquisa, projetos pedagógicos de formação profissional de Serviço Social, de investigação e de construção de saberes teórico-operativos, junto às práticas/lutas sociais, na interface com demais Núcleos do DSS e da UFSC.

A metodologia empregada pelo Núcleo, que pauta suas atividades destaca-se por (NESSOP, 2004):

1 - Elaboração, execução e sistematização de projetos fundamentados em metodologias participativas, oriundos das demandas legitimadas pela sociedade civil organizada;

2 - Gestão coletiva: através de encontros sistemáticos dos membros da Coordenação Executiva e destes com a Coordenação Ampliada e parcerias para:

- leitura da dinâmica da realidade sócio-política que fundamenta a formulação das ações/projetos;
- reflexão (avaliação) das ações/projetos em execução;
- planejamento participativo (semestral);
- re-leitura crítica do eixo político pedagógico do Núcleo;
- sistematização (relatórios técnicos) e publicização dos resultados / impactos sociais gerados a partir das ações do Núcleo;
- articulação dos projetos do Núcleo com o ensino: disciplina DSS 5166 e DSS 5135, estágio extracurricular e obrigatório e pesquisas para TCCs, dissertações e teses.

Os principais resultados das ações do NESSOP podem ser mensurados pela parceria que tem estabelecido com a UFECO, garantindo a formação de 89 gestores de organizações sócio-comunitárias durante o ano de 2004. Também tem atingido segmentos comunitários através do perfil/diagnóstico sócio-econômico e cultural, num total de aproximadamente 1500 famílias (fev. a set. de 2004), moradoras de comunidades empobrecidas na Grande Florianópolis, bem como o envolvimento de 14 profissionais de Serviço Social no Projeto Oficinas de Trabalho Social com Grupos populares, conforme abordaremos no próximo item.

2.2 – Descrição do Projeto: Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares²

O Projeto Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares, coordenado pela assistente social Simone Matos Machado utiliza como justificativa de implementação as práticas pedagógicas utilizadas com os setores populares.

Assim, o marco histórico que repensou essas práticas se deu a partir de 1964, com as Comunidades Eclesiais de Base, que lidando com camponeses e operários, buscavam uma mudança na forma de se relacionar com o saber popular.

A utilização de metáforas e imagens que transformem o conceito em algo concreto e prático é a marca fundante das práticas pedagógicas populares. No dizer de Paulo Freire (1980), o difícil na Educação Popular é como permanentemente educar o educando e educar o educador. O educador se educa a partir do educando (BETO, 2000).

O Serviço Social inicia sua inserção na Educação Popular por volta dos anos 70, transformando sua prática assistencialista com os setores do operariado empobrecidos das cidades e do campo. Até meados dos anos 80 ainda era grande a influência do pedagogo Paulo Freire na metodologia de ação popular da profissão, fato que foi se alterando a partir de então. Os currículos de formação do Serviço Social passaram a privilegiar disciplinas analíticas de cunho político conjuntural, deixando em segundo plano os aspectos técnicos operacionais (instrumentos e técnicas de intervenção). A partir de meados dos anos 90, inicia-se um repensar do currículo de formação do Serviço Social, retomando a necessidade de inserção dos elementos instrumentais nas discussões de cunho político conjuntural.

² Para uma melhor compreensão a respeito das Oficinas, consultar: Picoli, N. M. “O processo de trabalho do Serviço Social junto às Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares – NESSOP/UFSC”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – DSS/UFSC. Florianópolis, 2005.

Novos desafios surgem então, com o acirramento das contradições de classe e conflitos sociais do modelo sócio-econômico brasileiro que vem aumentando intensamente o número de excluídos das condições mínimas de acesso à qualidade de vida.

Este contingente bate às portas das instituições públicas e busca se organizar nos bairros ou comunidades através de suas organizações representativas, que vêm demandando do Serviço Social metodologias apropriadas de trabalho social que construa com eles e a partir deles projetos de superação das suas situações de vida.

A demanda de assessoria por parte dos grupos organizados populares e comunitários junto ao NESSOP levou o Núcleo a criar uma política de formação que envolvesse também assistentes sociais, na direção de metodologias de cunho popular, conteúdo pouco expressivo no currículo do curso de Serviço Social da UFSC, particularmente dinâmicas de trabalho coletivo, que privilegiem outras formas de expressão e construção de conhecimento, além daquelas tradicionais que só tem acesso quem possui certo grau de escolaridade.

Dessa forma, o projeto Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares inseriu-se no NESSOP/DSS/UFSC, sendo fruto das ações de assessoria que o Núcleo vem realizando na Grande Florianópolis desde 1992, buscando oferecer um espaço de formação para assistentes sociais envolvidos em práticas com o setor popular da Grande Florianópolis.

Através do Projeto o NESSOP pretende:

- Relacionar-se com uma demanda da categoria profissional do Serviço Social crescentemente desafiada em sua prática com o setor popular;

- Relacionar-se com uma demanda do próprio setor popular que busca constantemente avançar qualitativamente na sua prática política junto às instâncias das políticas públicas;
- Contribuir para o aperfeiçoamento ético da profissão do Serviço Social, cujos preceitos apontam o compromisso com os setores empobrecidos da sociedade.

O Projeto Oficinas foi desenvolvido através de encontros semanais na sala 07 do Anexo 2 do Centro Sócio Econômico/UFSC, com a duração de três horas, entre os meses de agosto à novembro de 2004.

Os encontros foram constituídos pedagogicamente de dinâmicas de grupo previamente selecionadas, que tentaram aprofundar três eixos fundamentais do trabalho grupal: identidade, afetividade e poder.

Fundamentado nos princípios da Educação Popular, o Projeto constituiu-se de vivências práticas das dinâmicas de grupo voltadas ao setor popular para, a partir do concreto, apreender seus conceitos implícitos. Os conteúdos tratados nos encontros pedagógicos foram os seguintes:

Aspectos históricos da relação Serviço Social e Educação Popular

1. Cultura popular X saber acadêmico
2. A identidade do grupo
3. As relações de poder
4. Afetividade e vida grupal
5. Análise de conjuntura a partir de dinâmicas populares
6. Análise da prática do Serviço Social com grupos populares na Grande Florianópolis
7. Reunião: a coordenação autoritária, democrática e liberal

8. Grupos sócio-popular-comunitários na Grande Florianópolis: encontros de troca de experiência.

O Projeto Oficinas foi construído respeitando algumas etapas a seguir arroladas:

- Divulgação do projeto para os profissionais: através de uma parceria com o Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, que possibilitou o acesso ao cadastro dos profissionais de Serviço Social da Grande Florianópolis (cerca de 750), foram remetidos via Correios os folders e formulários de inscrição³. Destes, 38 profissionais se inscreveram, candidatando-se às 15 vagas oferecidas;
- Entrevista com os interessados para o aprofundamento das informações sobre o Projeto e sobre a atuação profissional do candidato – seleção dos(as) quinze participantes. Os critérios utilizados para a seleção foram, principalmente, atuar com grupos populares na Grande Florianópolis;
- Encontros – Oficinas: As 16 Oficinas desenvolveram-se através de dinâmicas de grupo, construídas a partir de três aspectos: identidade, afetividade e poder, importantes para a compreensão da vida em grupo. Além destes aspectos, as dinâmicas tinham características sócio populares, voltadas ao trabalho com grupos populares;
- Avaliação dos alunos realizada através de uma avaliação escrita, com roteiro próprio⁴;
- Cerimônia de entrega de certificados, realizada em 25/11/2004, sendo que para a mesma foram convidados os professores do DSS e profissionais do CRESS.

³ Conforme anexo 1

⁴ Conforme anexo 2

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS PELAS OFICINAS DE TRABALHO SOCIAL COM GRUPOS POPULARES

Neste último capítulo apresentaremos os resultados e a análise das informações pertinentes à pesquisa realizada com alguns dos assistentes sociais que participaram das Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares.

Para tanto, iniciaremos delineando o perfil dos pesquisados, para uma melhor compreensão a respeito do grupo analisado.

Profissional	Instituição	Perfil do(s) grupo(s) com o(s) qual (is) trabalha	Município atingido pela ação profissional
1	Centro de Integração Escola Empresa - CIEE	Grupos de adolescentes de comunidades empobrecidas da Grande Florianópolis	Grande Florianópolis
2	Assessoria a projetos de moradia popular financiados pela CEF	Grupo de moradores de condomínios ou moradias populares	Grande Florianópolis
3	Prefeitura Municipal de São José	Grupos temáticos com famílias empobrecidas - Família Cidadã	São José
4	Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Florianópolis	Grupo de coletores de materiais recicláveis	Florianópolis
5	Prefeitura Municipal de São José	Grupo de famílias empobrecidas- Família Cidadã	São José
6	Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara	Grupo comunitários de mulheres e idosos.	São Pedro de Alcântara
7	Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos	Grupo comunitários de mães, idosos, capacitação de conselheiros tutelares, cooperativas populares de produção.	Governador Celso Ramos
8	Caixa Econômica Federal	Grupos de moradores em habitações populares	Grande Florianópolis

QUADRO 2: PERFIL DOS PESQUISADOS

A primeira questão proposta indaga qual a orientação metodológica do trabalho profissional com grupos populares que o assistente social possuía antes de participar das Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares. As respostas obtidas foram:

Minha metodologia sempre foi a libertária, baseada no princípio de autonomia dos sujeitos num processo de libertação das amarras sociais, tentando quebrar o processo de subalternização que muitos atores sociais se encontram. Tive acesso a esta metodologia primeiramente fora da Universidade, através de leituras de Paulo Freire e demais seguidores. Eu sempre acreditei que o assistente social é antes de tudo um educador social, por isso busquei estas leituras. Eu me aproximei dela em contato com educadores da UDESC e projetos nas comunidades que são geridos por núcleos da UDESC na área da educação.

Você esta direcionando a pergunta a grupos populares, pois bem, minha orientação não era muito aprofundada, visto que na UFSC (enquanto estudei) pouco se discutiu acerca deste assunto, no meu trabalho sempre procurei interagir com grupos e poder contribuir de alguma forma.

Na verdade ficou evidenciado que não tínhamos uma metodologia específica para trabalhar com grupos através de dinâmicas. A vivência das dinâmicas proporcionadas nos reportou a experiências de práticas autoritárias, detentoras do poder/saber, identificam nossa visão de grupos como “objetos” de intervenção e não como sujeito do processo.

Eu tinha objetivo quanto ao trabalho a ser realizado com grupos populares, a visão da necessidade de técnicas, da importância de vivências nos grupos para que este possa ter uma nova percepção a cerca da construção do processo grupal. Mas a capacitação, o fundamento metodológico não. Nós sabemos o quanto é importante o trabalho realizado dentro dos grupos, mas que o assistente social não recebe em sua formação acadêmica o fundamento teórico e prático para o enriquecimento desta prática.

Para citar as últimas referências teóricas (últimas leituras), sem contudo nenhuma teoria específica no trabalho com grupos populares, mas referências de contextos e eixos teóricos, por assim dizer:

Iolanda Guerra – A instrumentalidade do Serviço Social, São Paulo, Cortez, 1995; Pedro Ernesto – Superando desafios “Cadernos de Serviço Social do Hospital Universitário; Marilda Iamamoto – O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. CRESS – CE, 1995; Ivete Simionato – Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo, Cortez, UFSC, 1995.

Orientação metodológica antes da oficina tinha somente o conhecimento da academia, mas depois das oficinas o trabalho ganhou mais êxito e qualidade nas atividades grupais.

As oficinas orientaram-me na metodologia de trabalho. Não havia, até então, uma orientação

prática para a realização do trabalho com grupos. Isto porque meu trabalho teve início no mesmo período das Oficinas.

Percebemos que a grande parte dos assistentes sociais pesquisados salientam não possuir uma metodologia específica para o trabalho com grupos populares, uma vez que esta matéria, muitas vezes, não é contemplada nos currículos de formação acadêmica. A dedicação para a pesquisa e o trabalho com segmentos vulneráveis, focado no indivíduo, acaba por desconsiderar a necessidade de um aprendizado voltado para a intervenção prática com grupos.

O Movimento de Reconceituação trouxe uma nova proposta para se pensar a profissão. Contestou o modelo tradicional de trabalho do Serviço Social com grupos, definindo uma proposta inovadora em que o trabalho com grupos busca uma nova ordem social (VASCONCELOS, 1985).

No entanto, segundo Vasconcelos (1985), o Movimento de Reconceituação não colocou, num primeiro momento, alternativas de ação ao trabalho de grupo a partir da proposta de uma prática profissional vinculada com a luta pela transformação das estruturas de poder e de dominação. O referido movimento voltou-se predominantemente para análises de caráter teórico, não oferecendo alternativas práticas nos moldes propostos de transformação e ruptura com os paradigmas tradicionais da profissão.

Anteriormente, por mais boa intenção que se tinha, o trabalho desenvolvido com grupos se identificava mais com o modelo autoritário. A metodologia com base na Educação Popular se mostrou muito enriquecedora, pois se aproxima intimamente da busca de um trabalho libertador. Temos que cuidar para não reproduzirmos padrões que reforçam uma sociedade autoritária, desigual e excludente. A velha questão se apresenta, prática e teoria em consonância é imprescindível. Com as vivências tivemos a oportunidade de nos avaliar

enquanto profissionais e percebermos que em muitos aspectos temos que avançar, principalmente na condição de coordenador.

Neste sentido, a proposta das Oficinas baseou-se nos pressupostos de uma educação libertadora, buscando identificar o indivíduo do grupo com o qual se trabalha enquanto sujeito do processo, tomando consciência de sua realidade e dotando-se de consciência crítica. O trabalho, para se atingir esse patamar, deve ser realizado no sentido de compreender como são estabelecidas as relações de classe, favorecendo um processo de transformação do grupo.

Em relação à segunda pergunta, questionamos quais as dificuldades ou lacunas que o pesquisado identificava no trabalho que desenvolvia. As respostas foram:

A falta de capacitação, pois muitas vezes temos o pensar e não sabemos agir com coerência para que o resultado possa estar mais perto do planejado. O fato de estar dentro de uma instituição centralizadora, burocrática e autoritária, serve de entrave para um trabalho libertador (não impossível). Mas se vivenciamos dia a dia tal prática, temos que cuidar para não incorporá-la e repeti-la, nossa ação pode não expressar nossa intenção. Por isso, estar repensando a prática profissional e pessoal continuamente, buscando apoio em cursos e oficinas para aprender através de vivências, é muito enriquecedor.

A dificuldades estão direcionadas em como lidar e ao mesmo tempo poder contribuir com os grupos, e também as dinâmicas em si, ficaram faltando no currículo acadêmico e com isso faltava no trabalho que eu desenvolvia. Quero salientar que reconheço que tudo isso depende de cada profissional, na busca de aperfeiçoamento, não culpo totalmente a UFSC...

A maior dificuldade é a social-econômica que muitos encontram-se, pois alguns tem que vender a sua "força de trabalho" em troca de sua sobrevivência, e o fato de ter que lutar pela sua sobrevivência implica num retrocesso de uma luta por uma vida digna. Em meu caso que trabalho com jovens, muitos aceitam trabalhos sem proteção previdenciária e ou trabalhista, pelo fato de ter que ajudar ou ser o sustento de casa. E nesse caso, o trabalho se torna difícil, afinal, para chegarmos a um patamar de vida digna para estes atores, é preciso dar um mínimo de pensamento crítico, mas pode apostar, que pensamento crítico e barriga vazia, não caminham junto, ele pode até ser um estopim para uma briga, uma reivindicação, mas nunca para uma transformação crítica, pois eles acabam se tornando massa de manobra de outros

movimentos sociais. Nesse sentido, são estes fatos que dificultam o processo junto ao trabalho desenvolvido.

O controle e direcionamento dos resultados colimados. Porque, quando existe o conhecimento da dinâmica, bem como a definição do objetivo, o qual se quer alcançar, o processo em execução se torna claro e funciona como instrumento facilitador.

O “medo de errar”, acreditando que no grupo tudo terá que se desenvolver “exatamente” como planejado anteriormente. Entendendo a necessidade de vivenciar o trabalho coletivo do grupo, acreditando que na vivência se dará a construção de conhecimento, não apenas no discurso “previamente” pensado.

A dificuldade era de não se ter o respaldo teórico e prático, para então se pensar em fazer um trabalho que não fosse esporádico, mas que viesse fortalecer o trabalho de grupo e fosse direcionado no planejamento da Assistência Social.

As dificuldades que tinha era a de me expressar nos grupos, sendo por vezes tímida ou até impunha objetivos.

Fui desenvolvendo o trabalho de acordo com as aulas (teoria e prática) realizadas durante o curso. Sem as orientações do curso teria sido bem mais complexo trabalhar e perceber o as necessidades subjacentes do grupo.

O homem, enquanto ser social, faz parte dos mais diferentes grupos ao longo de sua vida: família, escola, amigos, trabalho, entre outros. Essa interação com os demais seres humanos permite que sua condição de sociabilidade se desenvolva e seja saudável para a construção de sua personalidade.

O trabalho com grupos humanos se desenvolveu ao longo do tempo, sendo utilizado nas mais diversas profissões como forma de intervenção profissional, inclusive no Serviço Social. Konopka, uma das autoras que mais trabalhou com o conceito de grupos no Serviço Social, definia este como

um método do Serviço Social para ajudar os indivíduos a melhorarem sua situação social, através de objetivos e experiências de grupos e a enfrentarem de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, de grupo ou de comunidade [...]a fim de ajudá-los a alcançarem mudanças desejáveis e oferecer-lhes segurança e competência para

introduzirem mudanças no meio em que vivem (KONOPKA, 1968, p.34).

Como já foi salientado, o Movimento de Reconceituação lançou novas bases para a profissão, trazendo importantes contribuições para o Serviço Social, denunciando a função de adaptação e procurando estabelecer a idéia de transformação social. Mas, embora trazendo uma nova reflexão sobre a temática, não conseguiu sistematizar e organizar uma produção própria sobre sua intervenção com grupos. Isto certamente justifica o fato de que muitos profissionais não possuem uma formação metodológica neste sentido. A importância de se conhecer e utilizar a dinâmica grupal se deve ao fato de que todo o indivíduo passa a maior parte de sua vida convivendo e interagindo com diferentes grupos.

Uma das técnicas mais importantes utilizadas no trabalho com grupos são as dinâmicas de grupo. Estas consistem numa série de pequenos instrumentos utilizados para dinamizar as discussões.

Diversos teóricos da educação têm apontado a importância da vinculação do lúdico ao processo educativo, como possibilidade de suscitar no educando a criatividade, o desenvolvimento do raciocínio lógico, a participação, a alegria e a descontração na construção do conhecimento

As dinâmicas de grupo constituem-se em valiosos instrumento que podem ser utilizados para trabalhar o ensino-aprendizagem quando opta-se por uma concepção de educação que valoriza tanto a teoria como a prática e considera todos os envolvidos neste processo como sujeito.

A opção por este tipo de trabalho permite que as pessoas envolvidas passem por um processo de ensino-aprendizagem, onde o trabalho coletivo é colocado como um caminho para se interferir na realidade, modificando-a. Isso porquê a experiência com dinâmicas

promove o encontro de pessoas, onde o saber é construído em conjunto

Logo, esse conhecimento deixa de ser individualizado e passa a ser de todos, coletivizado. Ainda tem a qualidade de ser um saber que ocorre quando a pessoa está envolvida integralmente (afetivamente e intelectualmente) em uma atividade, onde é desafiada a analisar criticamente o grupo e a si mesma, a elaborar coletivamente um saber e tentar aplicar seus resultados.

É importante ressaltar que faz parte desse processo a garantia da participação constante de todos os participantes. Só assim todos se sentirão donos do saber alcançado.

De acordo com o IPJ/LESTE (s/d, p. 5), as dinâmicas de grupo possibilitam vivências, que ao serem refletidas e partilhadas permitem um aprendizado pessoal e grupal libertador, possibilitando:

- autoconhecimento como ser único e social;
- exercício de escuta e acolhida do outro como ser diferente;
- experiência de abertura ao outro e participação grupal;
- percepção do todo e das partes, tanto da vida como da realidade que nos cerca;
- desenvolvimento da consciência crítica;
- confronto e avaliação da vida e da prática;
- tomada de decisão de modo consciente e crítico;
- sistematização de conteúdos, sentimentos e experiências;
- construção coletiva do saber.

Encerrando o questionário, a terceira questão procurou levantar as mudanças operadas na prática profissional após o término das Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares.

Bom, mudou no sentido de eu aprofundar mais as idéias em relação ao trabalho com grupos, pois uma coisa é você coordenar os grupos, e a outra é você ser o grupo, não que o coordenador não faça parte, mas ele nunca faz parte da realidade social e econômica do grupo do qual ele coordena. E nesse caso, meu maior aprendizado foi ouvir sob uma outra perspectiva e ultrapassar a empatia e vivenciar o processo no fato concreto.

Uma mudança bastante significativa no que tange ao conhecimento e domínio de novas dinâmicas, no tratamento à grupos populares. A identificação de momentos, de forma mais

clara de interferência de novas dinâmicas (o uso destas), em situações consideradas adequadas, dentro da nossa visão profissional.

Ainda não tive oportunidade de experimentar o trabalho com grupo dentro da perspectiva libertadora após as oficinas, com base na educação popular. Acredito que será possível realizar um trabalho mais comprometido com a missão do serviço social no que tange ao combate das desigualdades sociais, que vise a ampliação da consciência crítica individual e coletiva, construindo juntos o saber, através de vivências de acordo com cada grupo, sua realidade e interesse.

O que posso acrescentar é minha busca por sempre ser um profissional “animador” libertador.

Acima de tudo a valorização da vivência dentro de um trabalho de grupo, através de dinâmicas, não buscando apenas racionalizar e explicar as manifestações que surgem, mas “senti-las”, vivenciando o processo que está acontecendo naquele momento, com aquelas pessoas. O que se está construindo coletivamente.

Mudou muito. Pois como explanei na pergunta anterior é necessário o respaldo teórico e prático, para que as ações não fiquem soltas e no caso da capacitação junto a Oficina de Trabalho Social com Grupos Populares tivemos a importante presença do profissional de Serviço Social para realizá-lo, o qual fez a ponte com nossa realidade de trabalho iniciando aí nossas indagações, nossas trocas de experiência e conseqüente crescimento. As vivências são trampulins para o resgate da auto-estima, da cidadania, são espaços de troca, construção. A relação democrática é fundamental dentro dos grupos, de forma que o trabalho do assistente social que pôr si só já é sutil, exige ainda mais sutileza ao utilizar determinada técnica, respeitando o limite e o desejo do grupo. Foram muito importantes estes momentos que tivemos na Oficina, pois vieram a tona ansiedades enquanto profissionais, trocas, desejos de mudanças, o que impulsionou estarmos implementando no Planejamento da Assistência/05 as vivências de forma sistemática nos grupos que estamos desenvolvendo em São Pedro de Alcântara.

Pude ter mais ênfase em tudo o que fazia, devido a um maior embasamento teórico e prático de como realizar as dinâmicas de como organizá-las. Foi muito melhor para a postura profissional. Pude também ter mais segurança no que irei desenvolver e saber que todas as dinâmicas tem um objetivo inicial e final.

As Oficinas reforçaram, através de técnicas, minha forma sistêmica de perceber a vida em seu cotidiano, no contato com as pessoas. Trabalhar com Dinâmica de Grupos Populares fortaleceu minha prática profissional que estava restrita à teoria acadêmica e às experiências pessoais de vida. Pude conscientizar-me que trabalhar o grupo através de dinâmicas é um caminho mais seguro para o alcance de resultados profissionais e pessoais, pois mexe com o interior dos sujeitos fortalecendo o processo de elevação da auto-estima o que auxiliará na tomada de consciência do ser sujeito-cidadão.

Com base na teoria da Educação Popular, cujo maior expoente foi o pedagogo Paulo Freire, as ações do profissional envolvido com tal método devem resgatar a dignidade das classes oprimidas, favorecendo a emancipação dos indivíduos através de uma pedagogia de trabalho que construa o conhecimento a partir dos sujeitos envolvidos.

O assistente social, enquanto agente de mudanças, precisa romper com a prática conservadora e estimular a autonomia dos sujeitos, seja no trabalho com grupos ou nos encaminhamentos realizados individualmente. Isso porquê o educador pode assumir uma postura autoritária ao tentar transmitir um saber pronto e impor sua maneira de pensar e agir, traduzindo a idéia de ajustamento social, que força o indivíduo a se conformar com a situação, pois “dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, [...] vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir” (FREIRE, 1980, p. 43).

Nesse sentido, Korosue (2004, p.37) salienta que

o assistente social, como profissional que atua nas camadas mais desprovidas da sociedade, precisa ter claro esse entendimento quanto às práticas pedagógicas tradicionais, suas intenções e sua finalidade, para que não caia na armadilha da simples reprodução das relações estabelecidas na sociedade emergente, promovendo a manutenção de um sistema baseado na desigualdade, nas relações hierárquicas de poder e na opressão.

Sendo assim, a construção de uma pedagogia emancipatória, exercida pelo assistente social, deve permitir que o educando assuma o papel de protagonista na aprendizagem da sua realidade, recuperando sua história, cultura e identidade. Este processo educacional é a ferramenta de liberdade essencial para a transformação da realidade, de forma democrática e participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo aumentaram consideravelmente as desigualdades sociais no mundo contemporâneo. A concentração de renda e o acúmulo de poder e riqueza pelas classes dominantes subjugam milhares de pessoas, alienando-as da condição de cidadão em um Estado que deveria primar pela inviolabilidade de direitos humanos, políticos, sociais e econômicos.

É justamente contra os desmandos deste sistema comandado pela lógica neoliberal que parcelas significativas da sociedade se organizam através de movimentos populares, com o intuito de participarem efetivamente das decisões sobre as ações que pautam seu cotidiano. Neste sentido, as relações de poder que se estabelecem entre Estado e classes populares visam o enfrentamento das contradições pertinentes ao sistema, sobretudo as múltiplas expressões da questão social que marcam a exclusão social no Brasil.

Dessa forma, muitos movimentos populares buscam seguir a lógica da Educação Popular, guiando-se através da crítica à sociedade atual e almejando uma transformação social. Somente através da conscientização é que a classe oprimida conseguirá romper com a relação de poder estabelecida pelos dominantes, tornando-se sujeitos do processo social e construindo uma sociedade mais justa e democrática.

O assistente social, enquanto educador social, deve entender que a Educação Popular é uma proposta de educação libertadora, que estabelece o homem enquanto sujeito do processo, valorizando seu saber, sua cultura e sua condição de cidadania.

As premissas da Educação Popular permitem ao profissional desenvolver uma ação pedagógica pautada na emancipação crítica e consciente das classes populares, em

consonância ao seu projeto-ético político vinculado à luta pela superação da ordem capitalista vigente.

Sendo assim, as Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares possibilitaram aos profissionais de Serviço Social envolvidos apreenderem conceitos referentes à Educação Popular, bem como técnicas para se trabalhar com estes grupos, que demandam uma atenção especial por constituírem uma classe fragilizada econômica e intelectualmente.

Ao permitir um espaço de capacitação profissional visando desenvolver uma ação pautada na educação libertadora, as Oficinas propiciaram uma releitura da prática dos assistentes sociais envolvidos, trazendo a luz uma concepção de Serviço Social promotor da transformação, da cidadania e da libertação dos sujeitos.

Neste sentido, resgata-se a concepção de Freire a respeito da prática pedagógica com os setores populares e a importância de uma “educação libertadora como escopo da prática do profissional de Serviço social que visa a transformação da sociedade como um dos princípios do seu projeto ético-político” (KOROSUE, 2004, p. 37)

A pesquisa qualitativa realizada com alguns dos profissionais envolvidos nas Oficinas comprovou que em sua formação acadêmica estes não tiveram acesso a tal metodologia, imprescindível no trato com grupos populares.

Sendo assim, sugerimos ao NESSOP que continue a oferecer esta Oficina, como forma de capacitar profissionais para atuarem de forma emancipadora com as classes populares.

Em relação ao DSS, sugerimos que a metodologia de trabalho com grupos seja aprofundada nas disciplinas de Processos de Trabalho e que uma disciplina referente ao uso de dinâmicas de grupo seja oferecida de forma optativa aos graduandos de Serviço Social.

É preciso desenvolver conhecimentos teóricos sobre o processo de intervenção com grupos populares, pautados em uma prática libertadora, para que possamos trabalhar com competência, viabilizando ações democráticas e participativas no atendimento à população, pois este é o compromisso ético dos assistentes sociais, o que implica na defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da autonomia e da democracia.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M. **Serviço Social e organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo, Cortez, 2002.
- BETTO, F. **Desafios da Educação Popular** - as esferas sociais e os novos paradigmas da Educação Popular. São Paulo, Centro de Educação Popular, 2000. Disponível em: <http://www.mur.com.br/download/betto.doc> Acesso em 01 mar. 2005.
- BOFF, C. **Como trabalhar com o povo:** metodologia do trabalho popular. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- BOFF, L. **A águia e a galinha:** metáfora da condição humana. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, C. R. (org.). **A questão política da Educação Popular.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. Lei n. 8662. Resolução n. 273/93 de 13 de mar. De 1993. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** In: Coletânea de Leis. 2. ed. Santa Catarina: CRESS, 2001.
- FALCÃO, M. C. **Proposta de uma abordagem metodológica a partir do movimento popular.** Caderno Práxis n. 3. São Paulo: Cortez, 1986.
- FERREIRA, L. S. **Educação & História:** algumas considerações. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.
- FLEURI, R. M. **Educação Popular e Universidade.** Florianópolis: NUP, 2001.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, M. América Latina: Educação Pública Popular. In: POSTER, C; ZIMMER, J. (orgs.). **Educação Comunitária no Terceiro Mundo.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. **Convite à leitura de Paulo Freire.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRASCIANI, M. S. S. Educação Popular Produtiva como alternativa para os meninos e jovens de rua. In: POSTER, C; ZIMMER, J. (orgs.). **Educação Comunitária no Terceiro Mundo.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em:
<http://ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Educacao_e_Trabalho> Acesso em 01 mar.2005.

INSTITUTO PICHON-RIVIÈRE DE SÃO PAULO. **O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon-Rivière.** Seminário promovido e coordenado pelo Instituto Pichon-Rivière de São Paulo. Petrópolis – RJ: Vozes, 1987.

IPJ/ LESTE - INSTITUTO DA PASTORAL DA JUVENTUDE. **Recriando experiências: técnicas e dinâmicas para grupos.** 3.ed. Paulus, s/d.

KONOPKA, G. **Trabalho Social de Grupo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

KOROSUE, Aline. **A contribuição do Serviço Social na construção de empreendimentos autogeridos: uma experiência na Cooperativa de Confecções Industriais no município de Biguaçu.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LIMA, T. C. S. L. **A intervenção profissional do Serviço Social: propondo o debate sobre ações sócio-educativas.** In: Anais do IX ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2004.

MACHADO, A. et al. **História da Educação.** In: Caderno Pedagógico, UDESC/ FAED/ CEAD, Florianópolis, 2002.

MACHADO (a), M. C. **Formação sócio-política e metodológica de Gestores Comunitários no município de Florianópolis**: uma experiência na relação UFSC/DSS/NESSOP e UFECO. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MACHADO (b), S. M. O processo de formalização jurídico-institucional dos conselhos comunitários em Florianópolis (1977-1983): um caso de oposição sistemática. **Revista do Programa de pós-Graduação em Serviço Social Katálisis**. Florianópolis: Editora da UFSC, n. 1, 1996, p.53-58.

MARINHO, D. R.; ARAÚJO, L. A. O. **Direitos Humanos e Cidadania**. In: Caderno Pedagógico, UDESC/ FAED/ CEAD, Florianópolis, 2002.

NESSOP. **Planejamento Estratégico 2004**. UFSC, 2004.

NETTO, J. P.; FALCÃO, M. C. O cotidiano e a prática social dos assistentes sociais. In: NETTO, José Paulo & FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987.

PERUZZO, C. K. Movimentos sociais populares. **Comunicação nos movimentos populares**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PIANA, M.; FIGUEIRÓ, A. L. **Os desafios da Sociologia Contemporânea**: globalização e comunicação. In: Caderno Pedagógico, UDESC/ FAED/ CEAD, Florianópolis, 2002.

SCHER-WAREN, I. Educação Popular e diálogo intercultural. **Revista de Educação Pública on-line**. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev19/warren.htm>>. Acesso em 20 maio 2005.

_____. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, Marcos (org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAESP, 2001.

SILVA e SILVA, M. O. da. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Missão**. Disponível em: <<http://www.ufsc.br/paginas/subpaginas/missao.htm>>. Acesso em 10 maio. 2005.

VASCONCELOS, A. M. de. **A intenção-ação no trabalho social:** uma contribuição ao debate sobre a relação assistente social – grupo. São Paulo: Cortez, 1985

WANDERLEY, M. B. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

APÊNDICE

Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares

Questionário

Orientação: este questionário tem como objetivo identificar o *antes* e o *depois* de sua prática profissional, relacionado às Oficinas.

1. Qual era a orientação metodológica de seu trabalho profissional com grupos populares antes de participar das Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares?

2. Qual as dificuldades ou lacunas que você identifica no trabalho que desenvolvia?

3. Em relação às perguntas anteriores, o que mudou em sua prática profissional após o término das Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares?

ANEXOS

ANEXO 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR – NESSOP**

OFICINAS DE TRABALHO SOCIAL COM GRUPOS POPULARES

OBJETIVOS

- Oferecer um espaço pedagógico de formação, através de encontros oficinas, para profissionais do Serviço Social, qualificando-os metodologicamente para o trabalho com grupos populares.
- Capacitar os Assistentes Sociais que atuam nos setores empobrecidos da sociedade a utilizarem dinâmicas de grupo que busquem a inclusão e a participação desta população nos rumos das políticas públicas da Grande Florianópolis

PÚBLICO ALVO

- Profissionais do Serviço Social que exerçam atividades com grupos populares na Grande Florianópolis.

METODOLOGIA

Os encontros serão constituídos pedagogicamente de dinâmicas de grupo previamente selecionadas, que tentarão aprofundar três eixos fundamentais do trabalho grupal: Identidade, Afetividade e Poder. Fundamentado nos princípios da Educação Popular, o Projeto será constituído de vivências práticas das dinâmicas de grupo voltadas ao setor popular para, a partir do concreto, apreender seus conceitos implícitos. Os conteúdos a serem tratados nos encontros pedagógicos serão os seguintes:

1. Aspectos históricos da relação Serviço Social e Educação Popular (aula interativa)
2. Cultura popular X saber acadêmico (aula interativa)
3. A identidade do grupo (dinâmicas)
4. As relações de poder (dinâmicas)
5. Afetividade e vida grupal (dinâmicas)
6. Análise de conjuntura (dinâmicas)
7. Relações de grupo: a coordenação autoritária, democrática e liberal (dinâmicas)
8. Encontros de troca de experiência a partir do atividade prática realizada pelas(os) alunas(os).

AVALIAÇÃO

Os quatro últimos encontros serão reservados para atividade prática dos alunos que deverão coordenar uma dinâmica de grupo no espaço da oficina. A realização desta atividade é condição para aprovação da (o) aluna(o).

CRONOGRAMA DOS ENCONTROS

Os encontros ocorrerão às quintas-feiras, das 19:00 às 22:00 horas, na sala 07 – anexo ao CSE/UFSC.

DIAS DE ENCONTRO

AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
12	2	7	4
19	9	14	11
26	16	21	18
	23	28	25
	30		

MINISTRANTE

A.S. Simone Matos Machado

CONTATOS

nessop@cse.ufsc.br/ 331-6513/331-9453

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR –
NESSOP
OFICINAS DE TRABALHO SOCIAL COM GRUPOS POPULARES

FICHA DE INSCRIÇÃO

1. NOME COMPLETO: _____

2. ENDEREÇO: Rua _____ Nº _____

Bairro _____ CEP: _____

Município _____

3. TELEFONES PARA CONTATO: _____

4. ENDEREÇO ELETRÔNICO _____

5. ORGANIZAÇÃO ONDE EXERCE SUA ATIVIDADE PROFISSIONAL _____

5.1 ENDEREÇO: Rua _____ nº _____

Município _____ CEP _____

5.2 TELEFONE _____

6. Melhor período para a realização da oficina: () Vespertino () Noturno

7. Identificar o(s) grupo(s) popular(es) ou comunidade(s) com os(as) quais trabalha:

8. Descrever o tipo de atividade que realiza com os grupos (usar o verso, ou outra página, caso necessário)

ANEXO 2

Oficinas de Trabalho Social com Grupos Populares Avaliação

1. Você considera que o ambiente utilizado nessa Oficina foi:

☐ Próprio ☐ Próprio com ressalvas (detalhar abaixo)

☐ Não próprio por aspectos que detalharei abaixo.

2. Em relação ao horário estipulado, este foi:

☐ Adequado ☐ Não adequado (justificar)

3. A metodologia aplicada, em sua opinião, foi:

☐ Apropriada ☐ Deixou a desejar em aspectos que detalharei abaixo ☐ Outra opinião (detalhar abaixo)

4. Em relação ao conteúdo ministrado a Oficina:

☐ Atingiu minhas expectativas ☐ Deixou a desejar em alguns aspectos que detalharei abaixo ☐ Superou minhas expectativas em aspectos que detalharei abaixo ☐ Outra opinião (detalhar abaixo)

5. Como você considera que o trabalho realizado pelas estagiárias:

☐ Contribuiu para o desenvolvimento da Oficina em aspectos abaixo relacionados ☐ Poderia ter contribuído mais em aspectos que detalharei abaixo ☐ Não percebi qual o papel das estagiárias na Oficina.

6. Em relação ao trabalho desenvolvido pela coordenadora, você o classifica como:
- () Postura adequada ao tipo de trabalho realizado () Postura adequada com ressalvas a seguir detalhadas () Postura não adequada por aspectos a seguir detalhados () Outra opinião

7. Quanto ao período de duração deste curso, você considera que foi:
- () Suficiente () Insuficiente

8. Quais outras opiniões, sugestões e críticas em relação à Oficina de Trabalho Social com Grupos Populares?

9. Que temas ou assuntos desenvolvidos na Oficina você considera que mais contribuíram para sua ação profissional?
